



Grupo Parlamentar
Bloco de Esquerda
Açores



Por solicitação do Senhor Representante da República para a Região Autónoma dos Açores, somos hoje chamados/as - enquanto representantes do Povo Açoriano, nesta Assembleia – a reapreciarmos a norma do artigo 7º do Decreto que contém o Orçamento da Região para 2011, no seguimento do veto político que o mesmo lhe mereceu. Igual é dizer que o artigo da 'sua' discórdia não lhe suscitou dúvidas de inconstitucionalidade porque, a ser tal o caso, teria, certa e legitimamente, solicitado a fiscalização preventiva do mesmo ao Tribunal Constitucional.

Em vez disso, o Senhor Representante da República exorta-nos a eliminar, pura e simplesmente, o articulado do referido artigo – o qual cria uma remuneração compensatória igual ao montante da redução remuneratória efectuada, por via do diploma do Orçamento do Estado, para os trabalhadores da Administração Regional e dos Hospitais EPE, cujas remunerações mensais se situem entre 1.500 e 2000 euros -, sob pena de, não o fazendo, estarmos a insistir numa medida “discriminatória e profundamente injusta, se não mesmo de incompreensível egoísmo”.

Pois que fique claro, desde já: o Bloco de Esquerda/Açores não responderá à chamada do Senhor Representante da República. Mas sim, far-lhe-emos a graça de não argumentar (por desnecessário e evidente), nem com a “penosidade do trabalho nos Açores”, nem com o “isolamento”, nem com a “onerosidade que a distância agrava”, nem sequer com os “inegáveis custos e sacrifícios da insularidade”. Mais difícil será – admitimo-lo – não sucumbir à tentação de manifestar a mais profunda estranheza pelo facto deste veto (que, ora, apreciamos), vir de quem, há exactamente um mês atrás, admitia que a extinção do seu cargo político seria a expressão de “uma caminhada da Autonomia”. Ou seja, caminhar sim, mas devagarinho e, sobretudo, sem divergir do caminho projectado a nível nacional. Acontece, porém, que se a divergência – esta



Grupo Parlamentar
Bloco de Esquerda
Açores



divergência, em concreto, que temos em mãos - for entendida como violação dos princípios de igualdade, solidariedade e coesão nacionais, a Autonomia não terá caminho porque não tem, sequer, existência ou razão de ser.

Mas argumentemos, então, de forma mais criativa e sem “a queixa e o lamento de séculos”, como diz o Senhor Representante da República. Começemos por trazer à nossa memória uma luminosa frase do poeta Bertolt Brecht: “Do rio que tudo arrasta se diz que é violento, mas ninguém diz violentas as margens que o oprimem”. Ou, dito de outra maneira: uma medida que pretende compensar (de algum modo, tímida e incompletamente, embora), os cortes salariais impostos pelo Orçamento de Estado para todos os funcionários públicos é, muito provavelmente, ou definitivamente (dependendo dos analistas) inconstitucional ou, no mínimo, altamente perturbadora da paz social; mas a medida que rouba, definitivamente (e “é preciso recuar quase um século para encontrar cortes salariais desta natureza e dimensão”, como bem recorda o Senhor Representante da República) a quem trabalha uma fatia substancial do seu salário, sem apelo, nem agravo, nem negociação, não viola (na douta opinião dos mesmo analistas) os preceitos constitucionais, nem as leis laborais, nem sequer os princípios basilares do Estado de Direito!

E esta contradição, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, é que é verdadeiramente extraordinária. Porque o veto político sobre o qual nos estamos a pronunciar tem, claramente, uma leitura, também ela política: Cavaco Silva está a dar o seu sim ao corte dos salários dos portugueses, concordando, sem dúvidas (como, aliás, é seu timbre) com as medidas de austeridade de José Sócrates. E não admite - quiçá, por “um centralismo cego e anacrónico”, na feliz expressão do Senhor Representante da República - que nenhum funcionário público, em Portugal, deixe de pagar, com a degradação do seu salário, a crise de que não é responsável. Temos, portanto, uma medida de duas cabeças: Cavaco Silva e José Sócrates.



Grupo Parlamentar
Bloco de Esquerda
Açores



“O centralismo existe, efectivamente”, diz o Senhor Representante da República. E tem razão, dizemos nós, Bloco de Esquerda/Açores. É aquele que une Governo e Presidente da República, é o centralismo dos interesses. Os interesses que tiram 1000 milhões de euros aos salários, 1000 milhões de euros aos apoios sociais, 500 milhões de euros à Saúde – porque “ninguém pode eximir-se aos sacrifícios decididos(...)como necessários e adequados”, voltando a citar o Senhor Representante da República – mas que, ao mesmo tempo, recusam o aumento de IRS em 1,5% para as mais-valias, permitem a antecipação dos dividendos por parte de empresas para escaparem aos respectivos impostos (na ordem de centenas de milhões de euros) e põem os portugueses a pagar uma factura de mais de 5 mil milhões de euros no BPN, financiando uma gigantesca fraude que ainda não sabemos quem fez, porquê e quanto ganhou com isso. Mas sabemos, isso sim, que o valor envolvido neste buraco financeiro permitiria impedir grande parte das medidas de austeridade aprovadas no Orçamento de Estado, nomeadamente, cortes nas prestações sociais, salários e reformas. E nem precisam de se “esconderem atrás da bruma para não sentirem as dores dos vizinhos”, primeiro, porque não a têm e, segundo, porque (como diria, mais uma vez, Bertolt Brecht) “Para quem tem uma boa posição social, falar de comida é coisa baixa. É compreensível: eles já comeram”.

Portanto, sejamos claros: a solidariedade nacional que, agora, nos acusam de subverter resume-se, afinal, a isto: pagarás com o teu salário aquilo que o Governo da República paga a quem especula contra a nossa economia. E a “medida injusta e discriminatória” (na avaliação do Senhor Representante da República), prevista no já célebre artigo 7º do Orçamento dos Açores só é uma “afronta” para quem não admite que alguns – e, ainda assim, demasiado poucos – funcionários públicos do nosso País possam ser aliviados “da catástrofe nacional”, cujos verdadeiros responsáveis são tão acarinhados e perdoados e compreendidos - à vez ou em simultâneo -, por Cavaco Silva e José Sócrates.



Grupo Parlamentar
Bloco de Esquerda
Açores



Assim, o Bloco de Esquerda/Açores, no seguimento da exortação feita pelo Senhor Representante da República e de acordo com as suas próprias palavras, entende que “representará um acto de reencontro com o mandante – o Povo Açoriano – e uma louvável atitude de humildade e de correcto exercício democrático do mandato parlamentar que do Povo recebeu” confirmar, na íntegra, o articulado do artigo 7º do Orçamento da Região para 2011.